



Governo do Distrito Federal  
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil  
Divisão Técnica  
Seção de Instalações

Termo de Referência - NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
(Lei nº 13.303/2016, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019)

| QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA |   |                            |                                 |
|---|---|----------------------------|---------------------------------|
| <b>PROPRIETÁRIO (OU INTERESSADO OU PREPOSTO):</b>             | NOVA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL   | <b>NÚMERO DO PROCESSO:</b> | 00112-00006762/2023-84          |
| <b>NOME DO PROJETO:</b>                                       | Aquisição de Ar Condicionado da NOVACAP   | <b>NÚMERO DO PROJETO:</b>  | PROJETO-DE-011-23               |
| <b>REVISÃO</b>  | <b>DESCRIÇÃO</b>  | <b>DATA</b>                | <b>RESPONSÁVEL</b>              |
| R00   | Versão inicial  | 22/06/2023                 | George Harrison                 |
| R01   | Alterações conforme Despacho – NOVACAP/PRES/DE/CNACSI SEI nº 118857244  | 03/08/2023                 | George Harrison                 |
| R02   | Alterações conforme Despacho – NOVACAP/PRES/DE/DETEC SEI nº 119620202 assim como mudanças na seção 10.4, 16 e 23  | 16/08/2023                 | George Harrison                 |
| R03   | Revisão Geral   | 01/09/2023                 | Guilherme Mesquita              |
| R04   | Alterações do modelo quanto ao escopo do objeto, incluindo alterações quanto a garantias, obrigações das partes, escopo do serviço materiais e capacidade técnica | 18/09/2023                 | George Harrison & Marly Yoshida |
| R05   | Alteração na seção 13   | 02/10/2023                 | George Harrison                 |

**1. OBJETO**

1.1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 30 (trinta) aparelhos de ar condicionado, compreendendo o fornecimento de mão de obra, de todos os materiais de consumo e insumos, de todo o ferramental e equipamentos, bem como quaisquer outros necessários à perfeita operação desses equipamentos e respectivas instalações mecânicas, em diversos edifícios da NOVACAP, localizados no Setor de Áreas Públicas, Lote B, Guará/DF.

**2. QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. As informações abaixo descritas atendem ao que prevê o art. 20 do RLC/NOVACAP e foram preenchidos de acordo com o Despacho SEI-GDF NOVACAP/PRES/DE/DETEC (Doc SEI/GDF 121201491).

|  |   |
|--|---|
| <b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada para <b>fornecimento e instalação</b> de aparelhos de ar condicionado, compreendendo o fornecimento de mão de obra, de todos os materiais de consumo e insumos, de todo o ferramental e equipamentos, bem como quaisquer outros necessários à perfeita operação desses equipamentos e respectivas instalações mecânicas, em diversos edifícios da NOVACAP, localizados no Setor de Áreas Públicas, Lote B, Guará/DF.   |   |
| De natureza comum  | X |
| De prestação continuada  |   |
| Eminentemente intelectual  |   |
| Possui inovação metodológica ou tecnológica  |   |
| De Tecnologia da Informação  |   |
| Possui mão de obra exclusiva   |   |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b><br>Conforme demanda o inciso VI, do art. 20 do RLC/NOVACAP, haja vista as características dos serviços a serem contratados, o objeto se configura como de natureza comum, nos termos do art. 3º, inciso II, do e Decreto Federal nº 10.024/2019, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 40.205/2019:<br>Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:<br>[...]<br>II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado; |   |

| FORMA DE FORNECIMENTO DO BEM  |   |
|---|---|
| Integral  | X |
| Parcelada   |   |
| Fracionada  |   |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b><br>Os aparelhos de ar condicionado deverão ser fornecidos integralmente em até 30 dias, com indicação de prioridade indicada pela NOVACAP, sendo:<br>a) as condições de fornecimento do objeto a ser adquirido: nos termos do Caderno de Especificações;<br>b) a entrega será integral;<br>c) o endereço e horário de funcionamento da NOVACAP e local onde deverá ser entregue o objeto: <b>em diversos edifícios da NOVACAP, localizados no Setor de Áreas Públicas, Lote B, SIA Sul, Brasília, DF, com horário de funcionamento de 08h às 17h;</b><br>d) a forma de acondicionamento do bem: conforme acondicionamento original do fabricante;<br>e) prioridade na instalação: conforme indicação do gestor do contrato;<br>f) o prazo que o bem deverá ser entregue: até 30 (trinta) dias;<br>g) a forma que o bem será recebido provisória e definitivamente: recebido por meio de termo circunstanciado, nos termos deste Termo de Referência);<br>h) o bem será recebido pelo gestor do Contrato, sendo devidamente comunicado o Departamento de Materiais e Patrimônio - DEMAP/NOVACAP para os devidos registros. |   |

| MODO DE DISPUTA  |   |
|--|---|
| Aberto   | X |
| Aberto e Fechado   |   |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b><br>Considerando, nos termos do art. 114 do RLC/NOVACAP, que as aquisições de bens e contratações de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, deverão ser realizadas por meio de Pregão, processado pelo modo Eletrônico.<br><br>Considerando que o art. 31 do Decreto Federal nº 10.024/2019 estabelece que, quando da realização de pregão eletrônico, só podem ser adotados o modo de disputa aberto ou o modo de disputa combinado:<br><i>Art. 31. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:</i><br>I - <i>aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou</i><br>II - <i>aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.</i><br><i>Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.</i><br><br>Considerando o art. 52 § 1º da Lei nº 13.303/2016, que faz referência ao modo de disputa aberto, permitindo aos licitantes a oportunidade de melhorarem suas propostas, possibilitando à NOVACAP a obtenção de oferta mais vantajosa, por meio da apresentação de <u>lances públicos e sucessivos</u> , crescentes ou decrescentes.<br><br>Considerando o inciso I do art. 100 do RLC/NOVACAP onde determina que a licitação será efetivada preferencialmente pelo modo de disputa aberto, objetivando promover a competitividade e obter propostas mais vantajosas para a administração pública.<br><br>Em atendimento ao inciso III, do art. 20 do RLC/NOVACAP, a Diretoria optou pelo modo de disputa indicado. |   |

| MATRIZ DE RISCO  | SIM | X | NÃO |
|--|-----|---|-----|
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento à alínea b, do inciso VI, do art. 20 do RLC/NOVACAP, a Matriz de Risco é apresentada no 24 deste Termo de Referência. |     |   |     |

| DEMANDA DA CONTRATAÇÃO   |   |
|--|---|
| Estimada   |   |
| Definida   | X |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento ao inciso VI, do art. 18 do RLC/NOVACAP, informa-se que a demanda da contratação é definida, com indicação dos quantitativos e locais de instalação determinada no Caderno de especificações. |   |

| PARCELAMENTO DO OBJETO  | SIM |  | NÃO | X |
|---|-----|--|-----|---|
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento ao inciso XIV, do art. 18 do RLC/NOVACAP e tendo em vista não haver ganho de escala, entende-se não ser vantajoso o parcelamento do objeto, sob pena de comprometer o resultado esperado no presente certame, exceto para a necessária reserva de cota para entidades preferenciais definidas na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital nº 4.611/2011. |     |  |     |   |

| TRATAMENTO FAVORECIDO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS  | SIM |  | NÃO | X |
|--|-----|--|-----|---|
| <b>JUSTIFICATIVA:</b><br>Não haverá restrição à participação de micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Distrital nº 35.592/2014 e legislação complementar vigente, desde que atendidas as exigências relativas à comprovação da capacidade técnica e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, em atendimento à alínea "e", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP.<br><br>Entretanto, <b>não haverá previsão de tratamento favorecido e diferenciado, uma vez que:</b><br><b>1. O objeto não se enquadra no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para qualificar-se como de licitação exclusiva a tais entidades;</b> |     |  |     |   |

**2. Não possui natureza divisível para que possam ser definidas cotas reservadas**, tendo em vista que o mesmo demanda interdependência entre os diversos componentes da obra, configurando-o num conjunto indissociável, no qual as etapas devem ser executados de forma sincronizada, sob pena de comprometer o resultado esperado, tanto em termos de cumprimento de cronograma, quanto em relação à qualidade dos serviços e à perfeita delimitação da responsabilidade técnica; e

**3. Não foi definida subcontratação compulsória**, nos termos do previsto no inciso III do art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014 e no art. 91 do RLC/NOVACAP, em virtude de que tal adoção pode vir a representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, e ainda, ao procedimento licitatório, pelas razões abaixo expostas:

A Lei Complementar nº 123/2006 (atualizada pela [Lei Complementar nº 147, de 2014](#)) trouxe privilégios aos pequenos empreendimentos, tendo sido a atividade intermediária das licitações substituída pela de política pública, uma vez que passou a representar um novo mecanismo de incentivo ao referido segmento empresarial.

No que tange à subcontratação compulsória, não aplicável ao fornecimento de bens, sendo possível apenas para contratação de serviços e obras, trata-se de uma discricionariedade conferida ao gestor público, diferentemente do que ocorre com as licitações exclusivas e com as cotas reservadas, que são imposições legais sem qualquer margem de liberdade ao gestor.

Quando adotada a subcontratação compulsória, a licitante de grande ou médio porte já deve indicar durante a licitação quais pequenos empreendedores serão por ela subcontratados, inclusive com a descrição da parcela do objeto e seus respectivos valores. O momento adequado para essa informação, no entanto, varia conforme a modalidade de licitação adotada. De acordo com o § 3º do art. 7º, em caso de pregão presencial ou eletrônico, a comprovação deve-se dar no momento da aceitação da proposta. Já nas concorrências, tomadas de preços e convites, o licitante deve apresentar essas informações no interior do envelope que será aberto na fase de habilitação.

Ocorre que os prazos decorridos entre a realização do procedimento licitatório até a efetiva contratação podem vir a aumentar os riscos aos particulares e, em especial, aos pequenos empreendedores, que se obrigam a manter os valores ofertados durante a licitação para os serviços que podem vir a ser executados somente na etapa de acabamento das obras.

Devido a este procedimento, que intenciona preservar os direitos das pequenas empresas, mas que pode vir a prejudicar a execução, bem como a saúde econômica-financeira do contrato, é que se entende como não vantajosa a adoção da subcontratação compulsória no presente certame.

**Restam preservados os direitos de preferência e de saneamento constantes do Capítulo II do mesmo Decreto.**

| PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO   | SIM | NÃO | X |
|---|-----|-----|---|
| JUSTIFICATIVA: Em atendimento à alínea "f", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, não será admitida a participação de empresas consorciadas, uma vez que o objeto da presente contratação não envolve alta complexidade técnica ou grande vulto financeiro, capaz de implicar em um número reduzido de empresas em condições de disputa. |     |     |   |

| PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS  | SIM | NÃO | X |
|---|-----|-----|---|
| JUSTIFICATIVA: Entende-se não ser viável a participação de cooperativas como licitantes no presente certame, haja vista que, pela natureza do objeto, é usual e necessária a subordinação entre o cooperado e a futura CONTRATADA, em atendimento à alínea "f", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, observando ainda o que prevê o § 8º do art. 20 do RLC/NOVACAP. |     |     |   |

| CRITÉRIOS DE JULGAMENTO   |   |
|---|---|
| Menor preço   | X |
| Maior desconto  |   |
| Melhor combinação de técnica e preço  |   |
| Melhor técnica  |   |
| Melhor conteúdo artístico   |   |
| Maior oferta de preço   |   |
| Maior retorno econômico   |   |
| Melhor destinação de bens alienados   |   |
| JUSTIFICATIVA: Objetivando atender ao princípio da economicidade, em atendimento à alínea d, do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, desde que atendidas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital. |   |

|   |  |
|---|--|
| VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO   | R\$ 135.888,00 (cento e trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais), conforme Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEORÇA Doc. SEI nº 120563537 |
| JUSTIFICATIVA: Em atendimento à alínea "c", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP o valor máximo aceitável da contratação é o valor estimado pela NOVACAP de R\$ 135.888,00 (cento e trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais), referente ao Orçamento 033/2023-SEORÇA-R00 - Planilha Estimativa Doc. SEI nº 120563423  |  |
| A publicidade das planilhas estimativas no presente certame se mostra obrigatória, haja vista a opção por critérios de aceitabilidade de preços unitários e global em relação aos preços de referência, nos termos do Acórdão nº 1502/2018 TCU-Plenário, o qual indica que nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. |  |
| Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.   |  |

| MODO DE PROCESSAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO |
|---|
|---|

|                   |          |
|-------------------|----------|
| <b>Eletrônico</b> | <b>X</b> |
| <b>Presencial</b> |          |

**JUSTIFICATIVA:** Com o fim de atender aos princípios constitucionais da Eficiência, da Economicidade e da Celeridade, em atendimento ao § 9º do art. 20 do RLC/NOVACAP.

A utilização de procedimento licitatório eletrônico racionaliza a máquina administrativa, otimizando os recursos materiais e humanos, haja vista valer-se de recursos digitais para realizar as fases da licitação, em atendimento ao princípio da eficiência, expresso no art. 31 da Lei das Estatais.

Ao adotar o sistema eletrônico no processamento da licitação, muitos procedimentos são realizados automaticamente, sem depender da ação humana, conferindo agilidade aos trabalhos, em alinhamento ao princípio da celeridade.

Outro princípio, o do desenvolvimento nacional sustentável (art. 31, da Lei nº 13.303/2016) é atendido pelo processamento eletrônico da licitação, por exemplo, com a redução de documentos em papel, consequentemente reduzindo a degradação do meio ambiente e zelando pela saúde das pessoas, gerando riquezas com menor impacto ambiental.

O princípio da competitividade (art. 31, da Lei nº 13.303/2016) será alcançado pelo uso do meio eletrônico na licitação a partir do maior alcance das tecnologias digitais, tanto na divulgação do certame, quanto nos trâmites do processamento da licitação, já que possibilita maior participação de empresas por não exigir a presença física do licitante, pois a tecnologia permite atingir os mais diversos locais do país.

Ao mesmo tempo, o processamento eletrônico favorece a isonomia entre as licitantes ao reduzir os custos necessários à participação nos certames.

Ademais, segundo BARCELOS (2018, p.324), ao viabilizar a disputa a um número maior de interessados espalhados em diversas localidades, além dos licitantes não terem de se reunir presencialmente, em tese, reduz-se o risco de conluíus entre os participantes.

Assim, quanto maior o número de participantes na licitação, um dos pilares do processamento eletrônico, visando alcançar qualquer parte do país, maior a possibilidade de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos preceitos da eficiência, eficácia e a efetividade, em prol da gestão econômica da estatal.

O princípio da transparência, por fim, é evidenciado nos registros eletrônicos e na comunicação imediata a todos os participantes do Certame, atuando a estatal com imparcialidade e transparência em seus procedimentos, ao disponibilizar as informações na rede para consulta, resguardando-se apenas aqueles considerados sigilosos.

  

|   |
|---|
| <b>REAJUSTAMENTO CONTRATUAL</b>   |
| Para efeito de reajuste do futuro contrato, deverá ser adotado o seguinte índice:<br><b>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, apurado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</b> |

### 3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, ao Decreto Distrital Nº 37.967 de 20 de janeiro de 2017 e Decreto Lei N.º 92.100 de 10 de dezembro de 1985, atualizado pela Portaria nº 2.296 do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU de 31 de Julho de 1997, no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, a Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019 e recepcionada pelo Decreto Distrital nº 40.205/2019.

3.2. A denominação adotada para o presente documento é Termo de Referência em razão do art. 21 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

### 4. JUSTIFICATIVA

4.1. Considerando o Memorando 66 (Doc SEI nº 109466475) em que o Presidente da Comissão de Análise, Acompanhamento, Monitoramento e Controle de Serviços Internos - CNACSI, informa que a aquisição de novos equipamentos de condicionamento de ar atenderá as demandas solicitadas através das Diretorias de Urbanização e Edificações e alinham-se às diretrizes do Plano Estratégico da NOVACAP, uma vez que levantamentos descrevem que os aparelhos Ar Condicionado atuais estão velhos e não atende o ambiente de cada sala, e as providências sugeridas contribuirão para a valorização dos ambientes, permitindo mais conforto aos empregados em respeito à qualidade de vida e, assim, sugere que o processo seja encaminhado ao Departamento Técnico DETEC/DE.

4.2. Considerando a formalização de demanda contida no Despacho DETEC (Doc SEI nº 112696291) em que a Chefia do DETEC solicita elaboração de Termo de Referência para aquisição dos equipamentos.

4.3. Considerando o quantitativo demonstrado no Memorando 66 da CNACSI (Doc SEI nº 109466475) com as demandas dos edifícios citados da NOVACAP, dividido por Diretorias e Setores, com quantidade de aparelhos e capacidade de refrigeração.

4.4. A refrigeração de quase todos os ambientes de trabalho é realizado por equipamentos do tipo split com idade média de uso entre seis e dez anos. Em muitos destes locais são frequentes as reclamações dos usuários quanto as constantes falhas do equipamento, ocasionando inevitáveis transtornos devido a idade e características técnicas dos equipamentos, maior consumo energético e problemas como gotejamento de água, vazamento e máquinas que não funcionam.

4.5. As novas unidades refrigeradoras a serem adquiridas serão, no geral, de mesma capacidade de refrigeração, porém, de maior eficiência e consequente menor consumo energético, com selo PROCEL/INMETRO de eficiência energética classificação “A” e tecnologia inverter, diminuindo a demanda energética dos quadros elétricos já defasados das Divisões da NOVACAP.

4.6. Como consequências diretas e indiretas da substituição dos equipamentos espera-se ampliar a satisfação dos usuários dos ambientes afetados, diminuir a demanda por correções corretivas, concentrar esforços na manutenção preventiva e reduzir o consumo de energia elétrica, impactando diretamente na redução de custeio e da redução da pegada ambiental da NOVACAP.

4.7. Nos termos do art. 24 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, as referências de Marca e Modelo especificados se justificam na necessidade de padronização dos equipamentos e em decorrência da qualidade atestada após instalação pela NOVACAP, demonstrando melhor custo-benefício de manutenção em comparação a equipamentos similares. As licitantes, entretanto, poderão cotar produtos similares ou de melhor qualidade.

4.8. Considerando a Disponibilidade Orçamentária n.º 366/2023 - NOVACAP/PRES/DF/DEFI/SECOR (SEI nº 121396061), que informa que há adequação orçamentária na LOA, na data da publicação, para atender a despesas desta natureza, conforme transcrito abaixo

"[...]

Disponibilizamos o valor para as despesas em questão, que é proveniente da Lei Orçamentária Anual - LOA, vigente (Lei nº 7.712 de 30/12/2022 - DODF EDIÇÃO EXTRA nº 98-A de 30/12/2022), cujas diretrizes são objeto da Lei 7.171 de 01/08/2022 - DODF nº 144 de 02/08/2022), que serão classificadas orçamentariamente, conforme abaixo:

|                      |  |
|----------------------|--|
| Programa de trabalho | 15.122.8209.8517.0001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS |
| Natureza da Despesa  | 44-90-52   |
| Valor                | 135.888,000  |
| Fonte de Recursos    | 100  |

[...]"

## 5. DEFINIÇÕES E SIGLAS

5.1. Apresentamos a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência de licitação.

**AS BUILT:** é o conjunto de pranchas que constituem a fase destinada à representação do projeto como construído. Essa fase registra as alterações de projeto ocorridas durante a execução da obra.

**BDI:** percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

**CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES:** são discriminações dos serviços, procedimentos e materiais a serem aplicados na execução do objeto a ser contratado.

**CAPACIDADE TÉCNICA:** é a comprovação de experiência na execução de obra/serviço compatível com as características dos serviços de maior relevância do objeto a ser contratado.

**COMISSÃO:** Grupo de pessoas designado pela autoridade competente da Administração Pública, com representantes da FISCALIZAÇÃO e do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), para receber em definitivo o objeto contratado, após exame e constatação da conformidade com os padrões exigidos em contrato. A comissão poderá, se for o caso, determinar à CONTRATADA, providências necessárias para a finalização do objeto nos termos contratuais.

**COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO:** detalhamento do preço unitário do serviço que expresse a descrição, quantidade, produtividade e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida.

**CONTRATADA:** é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

**CONTRATANTE:** é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

**CUSTO UNITÁRIO:** valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado.

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO:** é a representação gráfica dos serviços distribuídos em etapas a serem executados do objeto contratado com indicação do respectivo desembolso financeiro vinculado ao valor do Contrato.

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO:** declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE:** declaração emitida pela Proponente de que juntamente com o PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), se compromete a executar os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê a Norma de Acessibilidade NBR 9050:2015, nos termos do Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e Decreto Distrital nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018.

**ENCARGOS SOCIAIS:** Conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário dos empregados.

**ETAPA:** Conjunto de serviços previstos no Cronograma Físico-Financeiro para serem executados em um determinado período de tempo. Cada etapa é representada em cada coluna do Cronograma Físico-Financeiro, com indicação dos valores parciais dos serviços e respectivos percentuais. O objeto poderá ser executado em etapa única ou dividido em várias etapas, de acordo com o planejamento da execução e do desembolso, os quais devem ser previamente aprovados pela Administração Pública.

**EXECUÇÃO INDIRETA:** contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

**FISCAL ou EXECUTOR:** empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a serem adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pelo contratado, nos termos das Normas de Fiscalização desta NOVACAP.

**FISCALIZAÇÃO:** é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**GESTOR DO CONTRATO:** empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, que adota as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, considerando o que prevê o contrato e as normas internas da NOVACAP.

**GRUPO:** é o conjunto de serviços reunidos por especialidade, discriminado em planilhas estimativas, planilhas orçamentárias e em cadernos de especificações. Os grupos são: 01.00.000 – Serviços Técnico-Profissionais; 02.00.000 – Serviços Preliminares; 03.00.000 – Fundações e Estrutura; 04.00.000 – Arquitetura e Elementos de Urbanismo; 05.00.000 – Instalações Hidráulicas e Sanitárias; 06.00.000 – Instalações Elétricas e Eletrônicas; 07.00.000 – Instalações Mecânicas e de Utilidades; 08.00.000 – Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio; 09.00.000 – Serviços Complementares; 10.00.000 – Serviços Auxiliares e Administrativos; 11.00.000 – Serviços de Conservação e Manutenção.

**INTERESSADO:** é o ente da Administração Pública responsável pela autorização de realização de licitação ou de dispensa ou de inexigibilidade de licitação e contratação do objeto. É o responsável por informar os recursos orçamentários e financeiros para execução do objeto. O interessado poderá ser ou não o próprio proprietário.

**LIVRO DE ORDEM OU DIÁRIO DE OBRAS:** é a memória escrita de todas as atividades relacionadas à execução do objeto. Servirá de subsídio para comprovar a autoria de trabalhos; garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas; dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa ao objeto; avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho; eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos. Confirmará juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, a efetiva participação dos profissionais na execução da obra/serviço, inclusive para a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

**MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO OU INSUMOS DE CONSTRUÇÃO:** são todos os corpos, objetos ou substâncias utilizadas em obras ou serviços de engenharia.

**OBRA:** Ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei nº 5.194/1966, conforme definição da Orientação Técnica OT-IBR 002/2009.

**ORDEM DE SERVIÇO:** é o documento emitido pela Administração Pública que autoriza o início da execução do objeto contratado, a partir da emissão da Nota de Empenho, constando entre outras informações, nomes da CONTRATADA e CONTRATANTE, número do Contrato, número do Processo Administrativo, descrição

do objeto, endereço, prazo, data de início, data de término, valor contratado, nomes do FISCAL/EXECUTOR, supervisor e Diretor da unidade gestora.

**PLANILHAS ESTIMATIVAS:** são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários que servem de parâmetro para disponibilização de recursos financeiros, para compor o projeto básico e para julgamento das propostas. São elaboradas pela Administração Pública com base nos preços correntes no mercado local, regional ou nacional onde será executado o objeto.

**PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS:** são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários, elaboradas pela Proponente, tendo como referência as Planilhas Estimativas fornecidas pela NOVACAP. A partir da assinatura do Contrato essas planilhas passarão a ser designadas como PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONTRATUAIS.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS:** Planilha ou conjunto de planilhas onde são levantados as quantidades de cada serviço.

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGRS):** é o documento que deverá ser mantido no local da obra ou dos serviços de engenharia, contendo a caracterização e quantificação dos resíduos sólidos provenientes da obra; formas de segregação; acondicionamento; transporte; e destinação final de acordo com as legislações e normas vigentes, federais e distritais, tal como a Resolução nº 307/2002 do CONAMA.

**PREÇO GLOBAL:** preço certo e total, quando for possível definir previamente no Projeto Básico ou Termo de Referência, com a maior precisão possível, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados no contrato.

**PREÇO UNITÁRIO:** preço certo de unidades determinadas, no caso em que o objeto, por sua natureza, possua imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários. Em se tratando de Planilha Estimativa ou Orçamentária, preço unitário de um determinado serviço é o resultado da soma do respectivo custo unitário com a sua parcela representativa de BDI.

**PREPOSTO:** pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE ou do PROPRIETÁRIO, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

**PROPRIETÁRIO:** aquele que é, comprovadamente, o dono de uma coisa, e sobre essa coisa, tem a prerrogativa de utilizar todas as suas funções, aproveitar todos os benefícios, trocar ou vender, dando a destinação que julgar conveniente e reavê-la de quem quer que seja.

**PROJETO BÁSICO (TÉCNICO):** é o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução. Compõe-se de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra ou serviço ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, contendo o desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviço e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza; contendo soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do Projeto Executivo e de realização das obras e serviços; identificando tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento; fornecendo informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviço, subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviço, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; com orçamento detalhado do custo total da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; sem frustrar o caráter competitivo para a licitação do objeto.

**PROJETO EXECUTIVO:** etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas, necessárias e suficientes à execução dos serviços de obra correspondentes, conforme a NBR 13531/1995.

**PROJETO APROVADO:** é o projeto que já foi submetido à análise e foi aprovado pelos órgãos oficiais competentes.

**RECEBIMENTO DEFINITIVO:** é o procedimento que confirma a plena execução do objeto contratado, conforme suas especificações. O Recebimento Definitivo será feito por Comissão designada pela autoridade competente da Administração Pública, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções da execução ou de materiais empregados.

**RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** é o procedimento que formaliza a entrega do objeto pela CONTRATADA ao responsável pelo acompanhamento e FISCALIZAÇÃO do contrato, com a participação do representante do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), por meio de Termo Circunstanciado assinado pelas partes.

**REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:** é o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 16 de julho de 2020.

**RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:** são provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultados da preparação e da escavação de terrenos.

**RESPONSABILIDADE CIVIL:** abrange sinistros decorrentes de acidentes na execução da obra e/ou falhas na solidez e segurança do trabalho que causem danos a terceiros ou à Administração Pública, com exigência de indenização.

**RISCO DE ENGENHARIA:** Conforme relatório do Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário, os riscos de engenharia (ou riscos de construção) são aqueles associados diretamente às atividades empresariais propriamente ditas de construção civil, comuns à execução de qualquer empreendimento e suportados pelo contratado. São riscos usuais de negócio de um construtor que podem impactar a execução, o gerenciamento, a produtividade e a performance da obra, com consequências significativas sobre os seus custos globais.

**SERVIÇO DE ENGENHARIA:** Segundo orientação técnica OT - IBR 002/2009 do IBRAOP, é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei nº 5.194/1966, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

**TERMO DE OCUPAÇÃO:** termo circunstanciado, emitido em situações excepcionais, assinado entre o PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), CONTRATANTE e CONTRATADA, comprovando a entrega e ocupação da obra/serviço ao PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), total ou parcialmente, isentando a CONTRATANTE e a CONTRATADA de responsabilidade em reparar danos decorrentes de mau uso e/ou vandalismo.

## 5.2. SIGLAS:

**ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**BDI:** Benefícios e Despesas Indiretas.

**CAP:** Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

**CBMDF:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**CONAM:** Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal.

**CONAMA:** Conselho Nacional de Meio Ambiente.

**DILIC/DECOMP/DA:** Divisão de Licitações e Contratos, do Departamento de Compras, da Diretoria Administrativa, da NOVACAP (ou **ASCAL/PRES/NOVACAP:** Assessoria de Cadastro e Licitação da NOVACAP).

**MARE:** Ministério da Administração e Reforma do Estado

**NOVACAP:** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

**PCMSO:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

**PGRS:** Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

6. DOCUMENTOS TÉCNICOS

- 6.1. A documentação técnica fornecida que fará parte integrante do Contrato, valendo como se nele estivesse efetivamente transcrito, é informada nos Elementos Técnicos de Licitação.
- 6.2. As especificações e descrição dos insumos ou serviços constam da documentação técnica fornecida, nos termos da alínea "b", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP.

7. DESCRIÇÃO SUCINTA DO ESCOPO DO CONTRATO

- 7.1. O escopo da presente contratação engloba:
- 7.1.1. O fornecimento e instalação de 30 (trinta) aparelhos de climatização convencionais do tipo *split* com tecnologia Inverter.
- 7.1.2. Todas as intervenções, materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço padrão de instalação de aparelhos de ar condicionado e climatização, tais como furos, remoção e reposicionamento de forro, derivação de pontos de energia, fixação dos equipamentos, fornecimento de suportes, corte de materiais, tubos, parafusos, abraçadeiras, controles remotos, pilhas, ferramentas, etc., serão de responsabilidade exclusiva da empresa CONTRATADA.
- 7.1.3. Em caso de instalação de equipamentos em substituição à aparelhos já instalados, a CONTRATANTE se responsabilizará pela remoção desses de modo que a CONTRATADA possa executar os serviços aqui estipulados.
- 7.1.3.1. A fim de garantir uma instalação eficiente e sem problemas dos novos equipamentos, é fundamental que a fiscalização da CONTRATANTE e a equipe da CONTRATADA colaborem na elaboração de um plano de intervenções abrangente. Este plano definirá as etapas e os procedimentos necessários para a instalação bem-sucedida dos novos equipamentos.
- 7.1.3.2. Em situações em que a remoção de equipamentos já instalados se faz necessária para acomodar os novos, a fiscalização da CONTRATANTE desempenhará, em estreita colaboração com a DICOR, a coordenação e os parâmetros necessários para a remoção adequada desses equipamentos existentes.
- 7.1.3.3. Essa coordenação assegurará que a remoção seja realizada de forma precisa e eficaz, minimizando qualquer impacto negativo no ambiente e garantindo que os novos equipamentos possam ser instalados sem entraves ou atrasos significativos de modo a impedir as operações cotidianas das edificações.
- 7.2. A descrição do escopo no item 7.1 e subitens é apenas um resumo do que deverá ser executado na presente contratação, portanto, não exime a responsabilidade da execução completa pela CONTRATADA dos serviços conforme caderno de especificações (SEI GDF nº 118964281) e projetos anexos ao Edital.

7.3. Das especificações técnicas:

Tabela 1 - Especificação técnicas mínimas dos equipamentos

| ITEM          | DESCRIÇÃO   |
|---------------|---|
| 18.000 BTU/hr | <p><b>Condicionador de ar - 18.000 BTU/hr:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade interna do tipo <b>High Wall</b>;</li><li>• Capacidade de resfriamento de <b>18.000 BTU/hr</b>;</li><li>• Modo de funcionamento <b>só frio</b>;</li><li>• Compressor de tecnologia <b>INVERTER (velocidade variável)</b>;</li><li>• Classificação <b>INMETRO/PROCEL A</b>;</li><li>• <b>COP ≥ 3,3</b></li><li>• Gás ecológico (exemplo R-410a);</li><li>• Cabo PP 3 x 2,5 mm<sup>2</sup>;</li><li>• Tubulações:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Linha de líquido: 1/4"</li><li>◦ Linha de sucção: 5/8"</li></ul></li></ul> <p>* OBS: O diâmetro das tubulações podem variar a depender do fabricante. Sempre seguir o manual do produto.</p> <p><b>Modelos de referência:</b> Midea, Daikin, Fujitsu, Gree.</p> |
| 24.000 BTU/hr | <p><b>Condicionador de ar - 24.000 BTU/hr:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade interna do tipo <b>High Wall</b>;</li><li>• Capacidade de resfriamento de <b>24.000 BTU/hr</b>;</li><li>• Modo de funcionamento <b>só frio</b>;</li><li>• Compressor de tecnologia <b>INVERTER (velocidade variável)</b>;</li><li>• Classificação <b>INMETRO/PROCEL A</b>;</li><li>• <b>COP ≥ 3,3</b></li><li>• Gás ecológico (exemplo R-410a);</li><li>• Cabo PP 3 x 2,5 mm<sup>2</sup>;</li><li>• Tubulações:<ul style="list-style-type: none"><li>◦ Linha de líquido: 3/8"</li><li>◦ Linha de sucção: 5/8"</li></ul></li></ul> <p>* OBS: O diâmetro das tubulações podem variar a depender do fabricante. Sempre seguir o manual do produto.</p> <p><b>Modelos de referência:</b> Midea, Daikin, Fujitsu, Gree.</p> |

- 7.3.1. Exigências técnicas mínimas e comuns a todos os itens:
- 7.3.1.1. Condicionador de ar tipo split, constituído de gabinete externo (unidade condensadora) e módulo interno (unidade evaporadora);
- 7.3.1.2. Unidade condensadora construída em chapa metálica tratada contra corrosão ou em chapa em material plástico, compressor, ventilador e demais componentes resistentes a intempéries;
- 7.3.1.3. Serpentinhas do evaporador e do condensador deverão ter tubos de cobre;

- 7.3.1.4. As tubulações deverão possuir devido isolamento térmico e protegido com fita metálica isolante térmica.
- 7.3.1.5. Possuir controle remoto sem fio com, no mínimo, controle de temperatura e liga/desliga;
- 7.3.1.6. Deverão ter tensão de 220 V, quando monofásico, ou 380 V, quando trifásico;
- 7.3.1.7. Os equipamentos deverão ter compressor do tipo **INVERTER**, mais econômicos e silenciosos.
- 7.3.2. Como parte integrante dos fornecimentos, a CONTRATADA deverá fornecer os Manuais Técnicos e seus acessórios, que devem conter todas as informações necessárias à instalação e operação dos equipamentos, bem como certificados de garantia referentes a cada equipamento fornecido.
- 7.3.3. Não serão aceitos equipamentos que utilizem gás CFC-Clorofluorcarbono (R-11, R-12, R-502) ou HCFC-Hidroclorofluorcarbono (R-22, R141b, R-401a), consideradas substâncias destruidoras do ozônio (SDOs). Serão aceitos somente os que utilizem gás ecológico (por exemplo R-410a).
- 7.3.4. Conforme Lei n. 10.295/2001 e portaria n. 007/2011 do INMETRO, a etiquetagem de condicionadores de ar é obrigatória e a classificação de eficiência energética (faixa de classificação "A"), segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE, será comprovada pelo selo PROCEL afixado no produto, ou declaração do INMETRO ou, ainda, tabela INMETRO constante no site do Instituto.
- 7.3.5. Para fins de orçamento, todas as tubulações apresentadas deverão ser consideradas o quantitativo de **3 metros**. Quaisquer locais que precisarem de mais tubulação de cobre e/ou cabo de força **serão de responsabilidade da CONTRATADA**.
- 7.3.6. **Em NENHUMA HIPÓTESE** deverá ser reutilizado tubulações de cobre ou conexões elétricas entre a condensadora e evaporadora das instalações atuais.
- 7.3.7. Cabe a FISCALIZAÇÃO definir a destinação dos equipamentos removidos das dependências da CONTRATANTE.
- 7.3.8. As propostas deverão considerar a remoção das unidades instaladas atualmente e a posterior instalação das novas máquinas.

## 8. QUANTITATIVOS

- 8.1. O quantitativo apresentado é conforme o levantamento apresentado no Memorando Nº 66/2023 - NOVACAP/PRES/DE/CNACSI (SEI nº 109466475).

Tabela 2 - Lista de quantitativo e destinação dos equipamentos a serem adquiridos

| FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, HI WALL COM CAPACIDADE DE 18.000 e 24.000 BTU/H, COMPRESSOR INVERTER, 220 VOTS, COM CONTROLEREMOTO SEM FIO. |     |           |
|--|-----|-----------|
| DIRETORIAS   | QTD | BTUS      |
| URBANIZAÇÃO  | 11  | 24.000    |
| ADMINISTRATIVA   | 07  | 24.000    |
|  | 07  | 18.000    |
| EDIFICAÇÕES  | 05  | 18.000    |
| TOTAL  | 30  | APARELHOS |

## 9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

### 9.1. Da conferência preliminar de documentos:

9.1.1. Antes da data de apresentação da proposta para a execução da obra a Proponente deverá fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização de informações, comparando as especificações, **a planilha estimativa, quando fornecida**, e os demais componentes integrantes da documentação técnica que compõem o Termo de Referência, de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.303/2016 e no RLC/NOVACAP.

9.1.2. Após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à DILIC/DECOMP/DA, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

9.2. A Proponente deverá apresentar as seguintes **Declarações**:

9.2.1. **De Conhecimento**, de acordo com o modelo anexo ao Edital, assinada por representante legal da empresa com conhecimento técnico, expressando ciência das condições a que se referem os itens anteriores.

9.2.2. **De Atendimento às Normas de Acessibilidade**, de acordo com o modelo anexo ao Edital, assinada por representante legal da empresa com conhecimento técnico, expressando ciência das condições, **declarando, sob as penalidades da Lei, que, caso contratada, executará os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê as Normas de Acessibilidade vigentes**, nos termos das Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do Decreto Federal nº 5.296/2004 e Decreto Distrital nº 39.272/2018, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138/2018.

9.2.3. **De que não possui em seu quadro societário agente público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.**

9.2.4. **De que não contratará, durante o período da execução dos serviços, menores de 16 (dezesseis) anos, bem como não determinará trabalhos em período noturno, perigosos ou insalubres a funcionários menores de 18 (dezoito) anos.**

9.2.5. **De que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente** e o conteúdo da mesma não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

9.3. No caso de contratação sob o modo de fornecimento por Preço Global deverá ser observado o seguinte:

9.3.1. É de inteira responsabilidade da Proponente o levantamento e quantificação dos itens e/ou serviços necessários à execução do objeto, com base nos documentos fornecidos pela NOVACAP.

9.3.2. Os custos advindos de eventuais divergências detectadas pela Proponente em quantitativos e serviços na **Planilha Estimativa da NOVACAP, quando fornecida**, deverão ser considerados e absorvidos na sua proposta, observado o subitem 8.1 deste Termo de Referência, conforme o caso.

9.4. No caso de contratação sob o **modo de fornecimento por Preço Unitário** deverá ser observado o seguinte:

9.4.1. **Para efeito de elaboração de orçamento pela Proponente, os itens e respectivos quantitativos deverão ser aqueles considerados na Planilha Estimativa da NOVACAP. A proposta deverá conter os preços unitários e o preço total, observadas as condições de parcelamento do objeto, contidas no item 1.2 QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO.**

9.4.2. Eventuais divergências detectadas pela Proponente na Planilha Estimativa da NOVACAP deverão ser comunicadas a esta Companhia, observado o subitem 8.1 deste Termo de Referência, conforme o caso.

9.4.3. Os quantitativos apresentados na Planilha Estimativa da NOVACAP não deverão ser tomados como definitivos, haja vista que apenas subsidiam a compreensão do objeto a ser contratado.

9.5. **Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões na Planilha Estimativa da NOVACAP, quando fornecida, ressalvando-se as situações previstas em matriz de risco, quando couber.**



9.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários que ultrapassem o valor unitário constante da **Planilha Estimativa da NOVACAP, quando fornecida.**

9.7. **O preço global da proposta deverá ser inferior ou, no máximo, igual ao estimado pela NOVACAP.**

9.8. **O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos.**

#### 10. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

10.1. Os elementos técnicos relativos a este serviço são compostos, de forma complementar, pelos documentos técnicos exigidos por ocasião deste Termo de Referência e anexos do Edital, no caso de licitação, ou à Carta de solicitação de proposta, no caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação.

10.2. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

10.2.1. Em caso de divergências entre as Planilhas Estimativas da NOVACAP e o Caderno de Especificações Técnicas, prevalecerá este último;

10.2.2. Em caso de divergências entre os Cadernos de Especificações e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas.

10.2.3. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das prescrições contidas nos Cadernos de Especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO e o autor do Caderno.

10.2.4. Em caso de divergência entre o arquivo digital disponibilizado e o respectivo documento inserido no processo SEI/GDF, prevalecerá o último.

#### 11. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. Na execução do objeto a CONTRATADA deverá atender as seguintes medidas relacionadas ao meio ambiente :

11.1.1. Cumprir com as condicionantes constantes da Autorização Ambiental da Obra, que forem de sua responsabilidade, bem como do canteiro, garantindo a sustentabilidade ambiental do empreendimento.

11.1.2. Executar medidas de mitigação dos danos e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental e demais normas correlatas.

11.1.3. Utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

11.1.4. Avaliar impactos de vizinhança que possam ser causadas pela obra, na forma da legislação urbanística, sempre que couber.

11.1.5. Zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela obra, sempre que couber.

11.1.6. Realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, transporte, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição na obra.

11.1.6.1. Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela NOVACAP e realizar o descarte dos rejeitos de acordo com a legislação pertinente e demais normas vigentes.

11.1.7. Cumprir com os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

11.1.8. Responder pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

11.1.9. Atender às demais exigências referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contidas na Lei nº 12.305, de 2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.936, de 2022, implementada no Distrito Federal por meio da Lei nº 5.418, de 2014, e demais normas relacionadas, bem como outras obrigações exigidas neste Projeto Básico.

#### 12. DOS PRAZOS

12.1. Validade da proposta de: **no mínimo, 90 (noventa) dias corridos.**

12.2. Prazo de vigência do contrato: **06 (seis) meses, contados da sua assinatura, prorrogáveis nas hipóteses previstas no Art. 177 do RLC/NOVACAP.**

12.3. Prazo de entrega do(s) equipamento(s): **em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato.**

12.4. A empresa que não cumprir o prazo acima estipulado estará sujeita às sanções estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico, conforme Lei 10.520/2002, Lei 13.303/2016 e RLC/NOVACAP.

#### 13. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **Menor Preço**, observadas as especificações constantes na Planilha Estimativa - Orçamento e nas especificações deste Termo de Referência.

13.2. A LICITANTE deverá apresentar a descrição detalhada dos equipamentos e suprimentos de forma clara e específica, descrevendo suas características, a especificação de marca, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem a qualidade dos equipamentos, bem como os preços unitários e total, detalhados em planilha.

#### 14. TRIBUTOS

14.1. **No preço total do objeto, devem estar incluídos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto**, sejam de qualquer natureza (PREÇO CIF), com base nos custos de mercado atual.

#### 15. MATERIAIS EMPREGADOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA deverá empregar nos serviços materiais e equipamentos novos e que satisfaçam rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e pelas especificações contidas no caderno.

15.2. A CONTRATADA deverá submeter à apreciação e aprovação da FISCALIZAÇÃO cada lote ou partida de material, por averiguações do próprio material ou de catálogos técnicos, e outros meios.

15.3. As amostras e/ou catálogos técnicos referentes aos materiais propostos pela CONTRATADA deverão ser:

15.3.1. Submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO;

15.3.2. Autenticados por ambos e pelo Responsável Técnico dos serviços.

15.4. Todos os materiais especificados admitem equivalência, desde que os aspectos técnicos mantenham o mesmo padrão e qualidade dos materiais originalmente especificados.

15.5. Caberá a contratada a responsabilidade de manter a segurança e a limpeza do local, bem como efetuar a remoção de todos os materiais ao final da execução do contrato, deixando o ambiente em perfeito estado de uso.

15.6. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo, necessários à limpeza, à conservação e à operação para que seja realizada a instalação dos sistemas de condicionamento de ar, climatização, refrigeração, exaustão e ventilação mecânica cuja manutenção faça parte objeto deste Termo de Referência.

15.6.1. Entende-se por materiais de consumo aqueles necessários à realização dos serviços, observadas as recomendações dos fabricantes e normas técnicas e legais em vigor, tais como manter em adequado estado de funcionamento os sistemas constantes do objeto do Contrato, efetuando, ajustes, reparos, lubrificação, limpeza, assim também o fornecimento de peças como, entre outros, filtros, painéis elétricos e eletrônicos, controles remotos, proteções térmicas das tubulações, tubulações, equipamentos, abraçadeira, detergente, desengraxante, botões, disjuntores, porta fusíveis, relés, estopa, fita isolante, supressores diversos; terminais; fita de autofusão, fusível, graxa amarela, pano para limpeza, óleo lubrificante, reator eletrônico, terminais elétricos, anéis, contatos auxiliares, juntas, gaxetas, rolamentos, contadoras, transformadores e fontes, óleo lubrificante, resistor, diodo, termistor, capacitor, parafuso, arruela, adesivo, placa identificadora, borracha para acoplamento e outros necessário ao bom funcionamento dos sistemas em questão com qualidade e segurança, etc.;

15.6.2. Todas as peças utilizadas na instalação deverão ser novas e originais, conforme descrição do fabricante, devendo ser apresentadas ao gestor do contrato, para prévia aprovação.

15.6.3. Na ocorrência de defeito nos sistemas de condicionamento de ar, climatização, refrigeração, exaustão e ventilação, a CONTRATADA se responsabilizará durante toda a vigência da garantia do serviço e do produto, ser responsável pela adoção das medidas necessárias a resolução do problema e acionamento da garantia junto a fabricante dos equipamentos.

## 16. DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO E OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

### 16.1. Compete a CONTRATADA:

16.1.1. Fornecer os equipamentos, objeto da presente contratação, de acordo com as Especificações Técnicas contidas neste Termo de Referência e demais condições descritas no Edital.

16.1.2. Entregar o objeto em conformidade qualitativa e quantitativa e no prazo estabelecido, assim como realizar quaisquer orientações e treinamentos visando à correta operação e manutenção dos equipamentos.

16.1.3. Fornecer Manual de Instruções dos equipamentos em Português (Brasil), juntamente com os produtos no ato da entrega.

16.1.4. Disponibilizar Termo de Garantia dos Produtos.

16.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis** antes do vencimento do prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

16.1.6. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s) nos quais se verifique dano em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

16.1.7. Fornecer garantia de instalação de no mínimo 3 meses dos equipamentos instalados.

16.1.8. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da presente contratação.

16.1.9. Fornecer todos os **equipamentos novos**, sem uso anterior.

16.1.10. Sempre que for possível, a linha de condensado do dreno dos aparelhos de ar condicionado devem ser direcionados a redes existentes de hidráulica.

16.2. A instalação de todos os equipamentos adquiridos deverão ser feitas por profissionais capacitados, devidamente identificados da CONTRATADA.

16.3. A CONTRATADA deverá marcar previamente com a CONTRATANTE para a instalação dos novos equipamentos nas dependências da CONTRATANTE.

### 16.4. Da garantia do objeto:

16.4.1. A CONTRATADA deverá entregar **Termo de Garantia contra defeitos de fabricação dos equipamentos fornecidos, com prazo mínimo de 12 (doze) meses**, a contar do aceite dos produtos pela CONTRATANTE.

16.4.2. Para efeito de garantia do produto, será observado o que estabelece a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e ocorrendo defeito nos produtos aceitos, durante o período de cobertura previsto na legislação, o fornecedor será comunicado oficialmente via e-mail ou Carta para a substituição imediata do mesmo.

16.5. Compete à CONTRATADA a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à conclusão e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando o projeto e/ou Caderno de Especificações apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento.

16.6. A execução dos serviços referentes a instalação dos equipamentos de ar condicionado e climatização obedecerá às normas e métodos previstos na **ABNT**, considerando-se as indicações contidas no projeto, quando houver, nas especificações, no orçamento e nas recomendações do fabricante.

16.7. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

16.7.1. Não observância das técnicas estatuídas no Decreto 92.100 de 10/12/85, MARE; e atualizada pela Portaria Nº 2.296 do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU de 31/07/1997.

16.7.2. Falta de execução dos serviços contratados.

16.7.3. Falta de segurança e perfeição dos serviços realizados e sua consequente reparação, correção, remoção ou substituição, quando solicitada pela FISCALIZAÇÃO.

16.7.4. Danos causados diretamente ou indiretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ainda que resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o com o Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

16.7.5. Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação ou norma específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.

16.7.6. Transporte e deslocamento interno de todo o material necessário à execução do contrato.

16.7.7. Cumprir os prazos estipulados, providenciando os materiais a serem empregados, com a antecedência necessária.

16.7.8. Permitir acesso aos locais objeto da licitação somente para pessoas autorizadas pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE.

16.8. Para qualquer serviço mal executado, a FISCALIZAÇÃO se reservará o direito de modificar, mandar refazer, substituir da forma e com os materiais que melhor lhe convierem, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão do contrato.

16.9. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

16.10. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos quando a FISCALIZAÇÃO determinar ou autorizar por escrito.

16.11. Ao término do Contrato, a CONTRATADA deverá entregar todos os equipamentos fornecidos e instalados em perfeitas condições de funcionamento.

16.12. A equipe técnica, ou técnicos, ou funcionários estando em serviço nas instalações do CONTRATANTE, deverá se apresentar sempre uniformizado, limpo e asseado, tanto no aspecto de vestuário e calçado, como no de higiene pessoal, portando crachá de identificação fornecido pelo CONTRATADA, responsabilizando-se por seu uso, guarda e devolução.

16.13. Os profissionais da CONTRATADA deverão fazer uso obrigatoriamente dos Equipamentos de Proteção Individuais - EPI, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais de consumo, peças de reposição, ferramentas e equipamentos, conforme indicações dos fabricantes, objetivando a correta execução dos serviços.

16.14. A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de circulação e de execução dos serviços. O desenvolvimento dos trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos, paredes e forros), inclusive tudo que se refere e faz parte dos sistemas de condicionamento de ar, climatização, refrigeração, exaustão e ventilação.

16.15. A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação aplicável, notadamente no que se refere a pilhas e baterias utilizadas.

16.16. A CONTRATADA deverá Implantar e manter um **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** seguindo a legislação vigente, adotado para o sistema de condicionamento de ar, climatização, refrigeração, exaustão e ventilação. Este plano deve conter a identificação dos ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para a garantia da segurança do sistema de condicionamento de ar, climatização, refrigeração, exaustão e ventilação e outras de interesse, conforme equipamentos descritos no caderno de especificações.

## 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. São obrigações e prerrogativas da CONTRATANTE:

17.1.1. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA pelo fornecimento deste objeto.

17.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.

17.1.3. Rejeitar equipamento ou instalação que não atenda aos requisitos elencados neste termo de referência e/ou caderno de especificações.

17.1.4. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as suas obrigações dentro das condições estabelecidas neste documento.

17.1.5. Notificar por escrito a CONTRATADA pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, para que sejam adotadas as medidas saneadoras necessárias.

17.1.6. Definir a destinação dos equipamentos removidos das dependências da CONTRATANTE.

17.2. No caso de itens sem valia ou impossibilitados de utilização, deverão ser descartados com a devida destinação.

17.2.0.1. No caso dos equipamentos que ainda forem passíveis de reaproveitamento, caberá a fiscalização da CONTRATADA com anuência das instâncias superiores a indicação do procedimento e destinação a ser adotada.

17.2.0.2. Se for necessário remover os aparelhos antigos instalados nos locais onde os novos equipamentos serão instalados, a responsabilidade pela remoção recai sobre a CONTRATANTE. Isso permitirá que a instalação dos novos equipamentos prossiga conforme estabelecido.

17.2.0.3. Uma vez definido e aprovado o plano de execução do objeto entre a CONTRATADA e a fiscalização, caberá a fiscalização organizar, definir e coordenar a equipe responsável da CONTRATANTE para a realização das devidas remoções e remanejamentos.

## 18. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM INSTALAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

18.1. As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item, bem como o que for estabelecido no Edital e no Contrato, e ainda, quando couber, deverão ser compatíveis com o Convênio estabelecido entre a CONTRATANTE e o órgão CONVENIENTE.

18.2. Os critérios para aceitação dos equipamentos deverão seguir o exposto nas **Normas Técnicas da ABNT correspondentes a cada tipo de equipamento especificado**.

18.3. O pagamento será efetuado mediante o fornecimento e instalação dos equipamentos, condicionado à sua aceitação de acordo com o especificado, e o atesto da CONTRATANTE, que autorizará a emissão de fatura/nota fiscal, emitirá o Relatório Circunstanciado de Execução de Contrato e encaminhará o processo administrativo para liquidação e pagamento.

18.4. **A emissão de fatura/nota fiscal está condicionada a autorização expressa da FISCALIZAÇÃO e apresentação da documentação completa prevista no Edital e/ou no Contrato, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.**

18.5. Os dados da Nota Fiscal devem incluir as especificações completas dos equipamentos, de acordo ainda com as constantes na Ordem de Serviço (OS). Havendo qualquer diferença, o equipamento deverá ser rejeitado.

18.6. A empresa CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste objeto. A inadimplência da empresa fornecedora com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto.

18.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

18.8. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, nas condições no RLC/NOVACAP:

18.8.1. Prazo de pagamento em até 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal;

18.8.2. Considera-se data do efetivo pagamento o dia da emissão da ordem bancária da, devidamente acatada pela instituição bancária responsável pela transferência dos recursos;

18.8.3. Cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

- 18.8.4. Critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
- 18.8.5. Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventual antecipação de pagamento; e;
- 18.8.6. Exigência de garantias e seguros, quando for o caso.
- 18.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores utilizado pela NOVACAP, para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar junto à Seção de Tesouraria os documentos abaixo relacionados:
- 18.9.1. Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 18.9.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, do Distrito Federal ou municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 18.9.3. Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, bem como regularidade com a Fazenda do município e do respectivo estado, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal;
- 18.9.4. Regularidade com a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida pela Receita Federal;
- 18.9.5. Regularidade com o INSS, por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débito-CND, ou instrumento equivalente;
- 18.9.6. Regularidade com o FGTS, por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou instrumento equivalente, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e
- 18.9.7. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, expedida eletronicamente, por meio do sítio [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 18.10. Caso a NOVACAP identifique suspensão temporária de participação em licitação, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, deverá notificar a CONTRATADA por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.
- 18.14. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA que não cumprir as exigências, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 18.15. A NOVACAP poderá reter créditos devidos à CONTRATADA para evitar prejuízos decorrentes de inadimplemento quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do Contrato, por exemplo:
- 18.15.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- 18.15.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
- 18.15.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.
- 18.16. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, recepcionada pelo Decreto distrital nº 38.934/2018, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 18.16.1. Não produziu os resultados acordados;
- 18.16.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e
- 18.16.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.17. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.17.1. O prazo de validade;
- 18.17.2. A data da emissão;
- 18.17.3. Os dados do contrato e da CONTRATANTE;
- 18.17.4. O período de prestação dos serviços;
- 18.17.5. O valor a pagar; e
- 18.17.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 18.19. O esaurimento do prazo de vigência do presente Contrato não impede ou prejudica o processamento do pagamento das parcelas ou dos objetos devidamente executados.
- 18.20. Observado o contraditório e a ampla defesa, poderá a NOVACAP efetuar a retenção de valores a título de compensação de débitos oriundos de outros contratos junto à CONTRATANTE.
- 18.21. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento por parte da Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX \div 100) \div 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

18.22. Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

18.22.1. Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

18.22.2. **A Contratada fará jus a reajustamento contratual, automaticamente, após 12 (doze) meses da data limite de apresentação de proposta, aplicando-se o índice abaixo especificado.**

18.22.3. Em contrato com duração estimada inferior a 12 meses, que, por ventura, venham, justificadamente, a ultrapassar o período inicialmente estimado, a CONTRATADA somente fará jus a reajustamento quando:

- a) a soma total (prazo previsto + prazo prorrogado), ultrapassar o período de 12 (doze) meses; e
- b) a extensão no prazo não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA.

18.22.4. A concessão de reajuste contratual de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a data-base original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados no Contrato. Os itens acrescidos serão reajustados anualmente a partir da data da sua cotação.

18.22.5. **Para efeito de reajuste do futuro contrato, deverá ser adotado o seguinte índice: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC/A, apurado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).**

## 19. CAPACIDADE TÉCNICA E SUBCONTRATAÇÃO

### 19.1. Da capacidade técnica:

19.1.1. A PROPONENTE deverá comprovar sua Capacidade Técnica operacional, por meio da apresentação de um ou mais atestados, em nome da EMPRESA PROPONENTE, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou objeto semelhante ao licitado, de acordo com o quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1    | Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo Split-system | UN      | 15         |

19.1.1.1. Os atestados de Capacidade Técnico-operacional deverão vir acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Operacional - CAO, nos termos da resolução 1.137/2023 - CONFEA, ou das Certidões de Acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT), emitidas pelos conselhos de fiscalização profissionais competentes, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU (Acórdão 3298/2022 - 2ª Câmara).

19.1.1.2. A Capacidade Técnico-Operacional exigida acima reflete as necessidades operacionais mínimas a serem demonstradas pelas licitantes.

19.1.1.3. Os quantitativos exigidos para comprovação de capacidade técnico-operacional representam no máximo 50% (cinqüenta por cento) de toda a área do objeto ou do total orçado para o objeto em questão, conforme determina a Decisão Normativa nº 002/2003, expedida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais precedentes daquela Corte de Contas, tais como, as Decisões Ordinárias nº 3394/2014, 4211/2013, 781/2011 e Decisão Extraordinária nº 6610/2010.

19.1.1.4. Nos atestados de contratos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos de fornecimento e instalação, aqueles que estejam discriminados separadamente no(s) atestado(s) técnico(s), para cada empresa participante do consórcio.

19.1.1.5. Se as quantidades executadas não estiverem discriminadas no corpo do(s) atestado(s), serão contabilizados os quantitativos comprovados por cada empresa na mesma proporção de sua participação na composição do consórcio.

19.1.1.6. Para fins de comprovação do percentual de participação da empresa consorciada, deverá ser juntado ao atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

19.1.2. A PROPONENTE deverá comprovar a Capacidade Técnico-profissional, mediante a apresentação de uma ou mais Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou dos membros da equipe técnica que participarão da execução do contrato, relativa(s) a fornecimento e instalação de equipamentos de ar condicionado com as características do objeto licitado, conforme discriminado abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO  |
|------|--|
| 1    | Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo split. |

### 19.2. Da subcontratação:

19.2.1. Não será permitido qualquer tipo de subcontratação ou subempreitada dos serviços adjudicados a CONTRATADA.

## 20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. É obrigação da CONTRATADA apresentar **GARANTIA DO CONTRATO** para assegurar o efetivo cumprimento das obrigações assumidas.

20.1.1. A CONTRATADA deverá prever, na Garantia Contratual, a cobertura para o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários sob sua responsabilidade que, porventura, não sejam quitados.

20.1.2. O valor da Garantia Contratual deverá corresponder a **5% (cinco por cento)** do valor total contratado, com prazo de validade durante toda a execução do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

20.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar à Diretoria demandante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia e demais seguros contratados, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, nas condições estabelecidas no Edital.

20.1.3.1. O prazo poderá ser prorrogado pelo(a) Diretor(a) da área demandante mediante pedido justificado.

20.1.4. A garantia deverá ser apresentada em data anterior à emissão da ordem de serviço.

20.1.5. Nenhum pagamento deverá ser feito à CONTRATADA antes de apresentada e aceita a garantia contratual.

20.1.6. O atraso na entrega da garantia pelo prazo superior a 15 (quinze) dias do inicialmente previsto, autoriza a NOVACAP a promover a rescisão do contrato por descumprimento de obrigação contratual. o de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra.

20.1.7. As demais condições para prestação da Garantia Contratual constarão do Edital de Licitação e do RLC/NOVACAP.

## 21. PENALIDADES

21.1. Pela inexecução total ou parcial do presente Contrato, a NOVACAP poderá garantir a prévia defesa e o rito estabelecido no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.2. As sanções previstas no item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

21.3. O valor da multa poderá ser aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério da NOVACAP, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação CONTRATADA;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. 14.4. Para efeito de aplicação de multas às infrações, serão observados os níveis de gravidade estipulados no Termo de Referência.

## 22. RECURSOS E ARBITRAGENS

22.1. A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada, quanto a qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos nas especificações técnicas do serviço ou no Contrato de que faz parte.

## 23. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

23.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos apresentada abaixo a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a NOVACAP sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- e) outras informações relevantes.

23.1.1. Após a notificação, a NOVACAP decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA.

23.1.2. Em sua decisão a NOVACAP poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

23.1.3. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

23.1.4. O reconhecimento pela NOVACAP dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

23.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

23.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

23.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

23.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

23.2.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

23.3. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

23.4. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

## 24. MATRIZ DE RISCO

| DESCRIÇÃO DO RISCO   | RESPONSÁVEL DO RISCO | CONSEQUÊNCIA DO RISCO                     | NÍVEL DE RISCO | MEDIDAS MITIGATÓRIAS                                      |
|--|----------------------|---|----------------|---|
| GR 01 - Alteração de enquadramento tributário das empresas contratadas | Contratante (DF)     | Impacto orçamentário do valor contratado. | MÉDIO          | Elaboração de termo aditivo para reequilíbrio contratual. |
|  | Contratante (DF)     | Recolhimento equivocado de tributos.      |                | Análise de conformidade contábil.                         |
|  | Contratada           | Recolhimento equivocado de tributos.      |                | Análise de conformidade contábil.                         |

|  |                        |   |                |  |
|--|------------------------|---|----------------|--|
| <b>GR 02</b> - Elevação dos custos operacionais da atividade empresarial em geral e da execução do objeto em particular                        | Compartilhado          | Comprovado aumento do custo; Diminuição da lucratividade da Contratada; Alterações no fluxo de caixa da Contratada.   | <b>ALTO</b>    | Adoção de POPs para reequilíbrio e repactuação. ( <a href="#">Instrução Normativa nº 367/2022-NOVACAP/PRES/ASESP</a> no que couber)  |
| <b>GR 03</b> - Suspensão de prazo de execução .  | Contratante/Contratada | Atrasos na entrega da obra, bem ou serviço;   | <b>ALTO</b>    | Interrupção do contrato e anuência da contratada para alteração do prazo de execução.  |
| <b>GR 04</b> - Defasagem dos preços na planilha estimativa referencial de licitação.   | Contratante            | Atrasos no prazo para início da execução contratual; Elevação do custo de contratação;  | <b>EXTREMO</b> | Opção pela data-base (10) da tabela referencial utilizada para elaboração da planilha estimativa como marco inicial para contagem do prazo de reajustamento.<br><br>Elaboração de termo aditivo de reajuste e reequilíbrio.  |
| <b>GR 05</b> - Atraso de pagamento de faturas pela Contratante.  | Contratante/Contratada | Desequilíbrio financeiro da obra.<br>Alteração no fluxo de caixa da Contratada.   | <b>MÉDIO</b>   | Solicitando as empresas a manter as certidões fiscais sempre atualizadas (validadas).<br><br>Estudo realizado anteriormente (Contratante, Proprietário e/ou interessado), em conjunto com a área financeira, para análise de viabilidade da contratação.   |
| <b>GR 06</b> - Não recebimento definitivo dos serviços e obras, em prazo estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.                   | Contratante            | Não recebimento da última etapa do Cronograma físico- financeiro; Sanção pelos órgãos de controle.<br>Não emissão de atestado de capacidade técnica.                            | <b>EXTREMO</b> | Supressão do atestado de capacidade técnica  |
|  | Contratada             |   |                |  |
| <b>GR 07</b> - Não recebimento do termo definitivo de ocupação ou de entrega pelo proprietário ou demandante da licitação.                     | Contratante            | Falta de manutenção preventiva e corretiva.   | <b>EXTREMO</b> | Não existente.   |
| <b>GR 08</b> - Acidentes, sinistros, fenômenos da natureza, roubo, furtos e demais eventualidades que surgirem durante a execução do objeto    | Contratada             | Atrasos no prazo inicial estimado;<br><br>Indenizações trabalhistas a serem pagas pela empresa Contratada;<br><br>Aumento dos encargos sociais, acima do inicialmente previsto. | <b>ALTO</b>    | Controle rigoroso da segurança do trabalho - feito pelos técnicos/engenheiros de segurança do trabalho das empresas executoras da obra e pela NOVACAP.<br><br>Uso obrigatório das Normas Regulamentadoras - NRs em segurança do trabalho.  |
|  |                        |   |                |  |
| <b>GR 09</b> - Atraso na execução do objeto contratual.  | Contratada             | Aumento do custo dos serviços;<br>Atraso no prazo inicial estimado;   | <b>EXTREMO</b> | Recuperação do prazo pela empresa Contratada para impedir atrasos nas fases sequenciais Contratação de pessoal para recuperar atraso e evitar multas e outras penalidades contratuais  |
| <b>GR 10</b> - Alteração de projeto e/ou especificações previamente definidas.   | Contratada             | Alteração contratual (aditivo qualitativo ou quantitativo e/ou de prazos).  | <b>MÉDIO</b>   | Submissão de proposta de alteração das especificações para aprovação da Contratante e Proprietário e/ou Interessado, conforme o estabelecido no Termo de Referência ou Projeto Básico; Reequilíbrio econômico- financeiro; Aditivos contratuais excepcionais devido às modificações.   |
|  | Contratante            | Licitação de obras com projetos defasados.  |                |  |
| <b>GR 11</b> - Interrupção na prestação dos serviços devido a interferências físicas (Redes, Infraestruturas. Obstáculos, ocupação irregular). | Contratante/Contratada | Retrabalho;<br><br>Atraso no cronograma;<br><br>Aumento dos custos.   | <b>MÉDIO</b>   | Consulta às concessionárias na etapa de estudos técnicos preliminares; Realização de vistoria prévia. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante, desde que justificado pela Contratada e aceito pela Fiscalização; Alterar sequência construtiva, devido à reprogramações nos remanejamentos de redes de interferências por parte da Administração Pública. |
| <b>GR 12</b> - Não observância às normas ambientais.   | Contratante            | Impedimento para o início/continuidade dos serviços;<br><br>Comprometimento do prazo contratual;  | <b>MÉDIO</b>   | Reparação imediata dos danos ambientais causados;  |
|  | Contratada             | Recebimento de sanções.<br><br>Embargo da obra pelo órgão ambiental;<br><br>Reparação do dano.  |                |  |

|   |            |   |              |   |
|---|------------|---|--------------|---|
| <b>GR 13</b> - serviço executado em desacordo com o especificado. | Contratada | Retrabalhos pela empresa contratada, não remunerados pela Contratante;<br><br>Atrasos no prazo estimado.<br><br>Ajuste financeiro, no curso do serviço, em caso de aceitação (desde que em consonância com as normas técnicas). | <b>MÉDIO</b> | Rigor na verificação dos serviços executados, certificando-se da compatibilidade do insumo/ equipamento com o especificado no Edital;<br>Aditivo contratual de prazo sem ônus para a contratante. |
|---|------------|---|--------------|---|

**Elaborado por:**

**Eng. Marly Yoshida Cavalcante**  
DETEC/DE/NOVACAP

**Elaborado por:**

**Engº Mecânico George Harrison Santos**  
SEINST/DITEC/DETEC/DE/NOVACAP

**Verificado por:**

**Eng. Paulo César B. P. dos Santos**  
Chefe do DETEC/DE/NOVACAP

**Aprovado por:**

**Eng. Carlos Alberto Spies**  
Diretor de Edificações  
DE/NOVACAP

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ABNT. NBR 13531. Elaboração de projetos de edificações – Atividades técnica. Disponibilizado em: <http://apoioidaditico.iau.usp.br/projeto3/2013/nbr13531.pdf>. (acesso em: 17/02/2016).

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian, *Obras públicas*: licitação, contratação, fiscalização e utilização: (Legislação, decretos, jurisprudência e orientações normativas atualizados até 30 dez. 2011). 3.ed.rev.atual.e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 415 p. ISBN 978-85-7700-533-8.

BARCELOS, Dawison e TORRES, Ronny Charles Lopes de. Licitações e contratos nas empresas estatais: regime licitatório e contratual da Lei 13.303/2016. Salvador: Editora JusPodivn, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) (acesso em: 27/08/2020).

BRASIL, Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) (acesso em: 27/08/2020).

BRASIL. Decreto nº 92.100, de 10 dezembro de 1985. Estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D92100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D92100.htm). (acesso em: 16/02/2016).

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) (acesso em 27/08/2020).

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm) (acesso em: 27/08/2020).

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm) (acesso em 27/08/2020).

CONAMA. Resoluções publicados no DOU. Disponibilizado em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=3>. (acesso em 27/08/2020).

CONFEA. Resolução nº 361, de 10 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Disponibilizado em: <http://normativos.confea.org.br/downloads/0361-91.pdf>. (acesso em: 27/08/2020).



CONFEA. [Resolução N° 1.024, de 21 de agosto de 2009](http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=43000). Dispõe sobre a adoção, em caráter facultativo, do Livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea. <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=43000> (acesso em 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL. [Lei N° 4.182, de 21 de julho de 2008](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/58171/Lei_4182_21_07_2008.pdf). Institui a política de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar no trabalho. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/58171/Lei\\_4182\\_21\\_07\\_2008.pdf](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/58171/Lei_4182_21_07_2008.pdf). (acesso em 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL. [Decreto Distrital n° 32.598/2010](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto_32598_15_12_2010.html). Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto\\_32598\\_15\\_12\\_2010.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto_32598_15_12_2010.html). (acesso em: 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL. [Decreto n° 39.272 de 2 de agosto de 2018](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f680eff74f924704aaa20f1be76aef35/exec_dec_39272_2018_rep.html#capl_art1), que regulamenta a Lei n° 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal. Disponível em:

[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f680eff74f924704aaa20f1be76aef35/exec\\_dec\\_39272\\_2018\\_rep.html#capl\\_art1](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f680eff74f924704aaa20f1be76aef35/exec_dec_39272_2018_rep.html#capl_art1). (acesso em 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL. [Lei n° 6.138 de 26 de abril de 2018](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei_6138_26_04_2018.html), que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei\\_6138\\_26\\_04\\_2018.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei_6138_26_04_2018.html). (acesso em 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Unidade de Administração Geral. [Cartilha do Executor de Contrato / Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010](http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf). Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponível em: [http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual\\_Suag\\_cartilha-executor.pdf](http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf) (acesso em 27/08/2020).

GUIMARÃES, Bernardo Strobel ... [et al.]. Comentários à Lei das Estatais (Lei n° 13.303/2016). Belo Horizonte: Fórum, 2019.

IBRAOP, Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. [Orientação Técnica OT - IBR 002/2009 Obra e Serviço de Engenharia](https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/06/OT-IBR-02-2009-ibraop-01-07-10.pdf). Disponível em: <https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/06/OT-IBR-02-2009-ibraop-01-07-10.pdf> (acesso em 27/08/2020).

JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos/Marçal Justen Filho. – 15. Ed. – São Paulo: Dialética, 2012.

NIEBUHR, Joel de Menezes e NIEBUHR, Pedro de Menezes. Licitações e Contratos das Estatais. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

NORONHA, João Otávio ... [et al.]. Estatuto jurídico das estatais: análise da Lei n° 13.303/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ... [et al.]. Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei n° 13.203/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SIENGE. [Material de Construção](https://www.sienge.com.br/material-de-construcao-2/). Disponível em: <https://www.sienge.com.br/material-de-construcao-2/> (acesso em 27/08/2020)

TCDF. [Decisão Normativa n° 02/2012](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis_o_Normativa_2_30_10_2012.html). Adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal. De 30 de outubro de 2012. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis\\_o\\_Normativa\\_2\\_30\\_10\\_2012.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis_o_Normativa_2_30_10_2012.html). (acesso em: 27/08/2020).

TCU, Tribunal de Contas da União. [Acórdão N° 2622/2013 – TCU – Plenário](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20130930/AC_2622_37_13_P.doc). Disponível em: [http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20130930/AC\\_2622\\_37\\_13\\_P.doc](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20130930/AC_2622_37_13_P.doc) (acesso em 27/08/2020).

TCU. [Obras Públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas/ Tribunal de Contas da União, - Brasília: TCU, SECOB, 2002. 92p.](https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/26/8A/06/23DEF610F5680BF6F18818A8/Obras_publicas_recomendacoes_basicas_contratacao_fiscalizacao_obras_edifi) Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/26/8A/06/23DEF610F5680BF6F18818A8/Obras\\_publicas\\_recomendacoes\\_basicas\\_contratacao\\_fiscalizacao\\_obras\\_edifi](https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/26/8A/06/23DEF610F5680BF6F18818A8/Obras_publicas_recomendacoes_basicas_contratacao_fiscalizacao_obras_edifi) (acesso em: 27/08/2020).

NOVACAP. [REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL](http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf) - Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução n° 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 16 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 27/08/2020).

FOREGON – GLOSSÁRIO. Disponível em: <http://foregon.uol.com.br/glossario/302/encargos-sociais.aspx> - (acesso em 27/08/2020).



Documento assinado eletronicamente por **GEORGE HARRISON SANTOS - Matr.0973576-3, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 02/10/2023, às 17:47, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO SPIES - Matr.0973612-3, Diretor(a) de Edificações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 02/10/2023, às 18:34, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CÉSAR BASTOS PEREIRA DOS SANTOS - Matr.0973507-0, Chefe do Departamento Técnico**, em 03/10/2023, às 16:21, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **123687154** código CRC= **F4A4B08E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF  
Telefone(s): 3403-2795  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)